

Às nove horas do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada da Conselheira, **MARA LÚCIA**; bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para apresentar proposta de Decisão, nos termos do art. 19, II da Lei Orgânica do TCM/Pa. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para compor o quorum da Sessão a partir do 12º julgamento. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 042/2013. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 24: **Processo nº 200909701-00; Prefeitura Municipal de Anajás; Recurso de Revisão interposto contra a decisão da Resolução nº 8.180, de 18/04/2006 (Prestação de Contas de 2002); Responsável Raimundo Nogueira Filho; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, mantendo a decisão pela emissão de parecer prévio reprovando as contas em exame. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**: "*pelo conhecimento do presente Recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial. Fica mantida a decisão contida na Resolução nº 8.180/2006-TCM, que emitiu Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Anajás a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade do Recorrente, Sr. Raimundo Nogueira Filho, ante a persistência das seguintes ilegalidades: Realização de despesas em desacordo com o art. 70, da LDB, no valor de R\$ 9.815,05 (nove mil, oitocentos e quinze reais e cinco centavos) (fls. 471); Pagamento a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito, no total de R\$ 4.080,00; Não discriminação dos beneficiários de fretes aéreos, no valor de R\$ 11.350,00 (onze mil, trezentos e cinquenta reais); Processo licitatório na modalidade Carta Convite nº 043/2002, incompleto e irregular; Ausência de processos licitatórios no valor total de R\$ 765.174,10 (setecentos e sessenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e dez centavos); e divergência na Receita Orçamentária, originando o valor de R\$ 21.286,62 (vinte e um mil, duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos), lançado a Conta Agente Ordenador. Não cumprimento do art. 50, da Lei Complementar nº 101/2000, em face de não apropriação dos encargos patronais. Devem ser recolhidos os seguintes valores: R\$ 21.286,62 (vinte e um mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos), lançada à conta 'Agente Ordenador'; R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais), referente ao pagamento a maior efetuado ao Prefeito e Vice-Prefeito; R\$ 11.350,00 (onze mil trezentos e cinquenta reais), concernentes a fretes aéreos, sem discriminação dos beneficiários; Mantenho, também, as seguintes multas: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), - com base no disposto no art. 5º, §§1º e 2º, da Lei nº 10.028/2000, face a remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), conforme dispõe o art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94, pela não apropriação dos encargos previdenciários; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94, pela não remessa dos convênios firmados, contabilização de receita de convênio e extratos bancários; R\$ 1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94, pelos demonstrativos contábeis incorretos e não encaminhados (Anexo 8, da Lei nº 4.320/64); - R\$ 1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94, pela não observância ao disposto na Instrução Normativa nº 01/98-TCM; R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com fundamento no art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94, pelo não cumprimento do estabelecido na Lei nº 8.666/93; R\$ 500,00 (quinhentos reais), com fundamento no Art. 57, II, da Lei Complementar nº 25/94, pelo não cumprimento do Art. 0, da LDB (aquisição de Gênero Alimentícios - R\$ 9.819,05 (nove mil, oitocentos e dezenove reais e cinco centavos). Fica, ainda, mantida a determinação contida na decisão recorrida no que diz respeito à remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo pediu Vista dos autos. Os demais Conselheiros aguardarão o voto do Conselheiro José Carlos Araújo para se manifestarem. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 26: **Processo 983982003-00; Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas; Recurso de Reconsideração interposto contra a decisão contida no Acórdão N.º 15.430, de 27/01/2007;(Prestação de Contas de 2003); Responsável Wilmar Inácio Mota; Instrução Auditor Sérgio Franco Dantas; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A*



matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento no sentido de reformar o Acórdão nº 15.430, desta feita pela aprovação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Parauapebas, exercício de 2003, sob a responsabilidade do Sr Wilmar Inácio Mota, em favor de quem deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-15.639.550,80 (quinze milhões, seiscentos e trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais e oitenta centavos), pelas despesas ordenadas. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento em sequência dos processos de nº 45 a 53: **Processo nº 201306301-00; Câmara Municipal de Barcarena**; Subsídio Resolução nº 235/2013, que dispõe sobre Fixação das Diárias aos Vereadores da Câmara Municipal de Barcarena; Interessado Ary Sergio de Almeida Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201306303-00; Câmara Municipal de Barcarena**; Subsídio Resolução nº 235/2013, que dispõe sobre Fixação das Diárias aos Servidores da Câmara Municipal de Barcarena; Interessado Ary Sergio de Almeida Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201301169-00; Câmara Municipal de Gurupá**; Subsídio Lei Municipal nº 1.150/2013, que dispõe sobre a Fixação de Diárias a serem pagas ao Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais; Interessado Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. **Processo nº 201309093-00; Câmara Municipal de Moju**; Subsídio Lei Municipal nº 885/2013, que dispõe sobre o Reajuste da Remuneração dos Servidores da Câmara Municipal; Interessado Durval Pantoja da Rocha; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200909025-00; Secretaria Municipal de Educação – Belém**; Contrato de Prestação de Serviços nº 121/2009-SEMEC, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC e Luiz Márcio dos Santos Macedo; Interessado Luiz Marcio dos Santos Macedo; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200909031-00; Secretaria Municipal de Educação – SEMEC**; Contrato de Prestação de Serviços nº 119/2009-SEMEC; Interessada Terezinha Moraes Gueiros; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200909030-00; Secretaria Municipal de Educação – SEMEC**; Contrato de Prestação de Serviços nº 124/2009 - SEMEC; Interessada Terezinha Moraes Gueiros; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200911185-00; Secretaria Municipal de Educação – Belém**; Contrato nº 129/2009 - SEMEC, celebrado com a Empresa Amazon Card's S/S Ltda.; Interessado Amazon Card's S/S Ltda - Maria Felícia A. Correia Maia; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora -

99 Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
100 manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu
101 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento do Contrato nº
102 129/2009 – SEMEC, celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação de Belém e a empresa Amazon Card's S/S Ltda, no
103 valor global de R\$ 200.999,96 (duzentos mil, novecentos de noventa e nove reais e noventa e seis centavos). Ausência,
104 por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201200648-00; Secretaria Municipal de**
105 **Urbanismo; Contrato nº 014/2011- SEURB, firmado entre a Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém e a Empresa**
106 **Lumiere Comércio Ltda.; Interessado Fernando Mendes Pereira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**
107 **Relatora Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
108 autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu
109 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato.
110 Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro Cezar Colares. Às nove horas e quarenta e cinco minutos, o Conselheiro
111 Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de
112 nº 01: **Processo nº 730012009-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas - de**
113 **Governo; Responsável Raimundo Freire Noronha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
114 **Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 12.09.13; Publicado no DOE nº**
115 **32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
116 manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
117 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
118 emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá a reprovação das contas da
119 Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, com
120 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do
121 Conselheiro José Carlos Araújo. Às nove horas e cinquenta minutos, o Auditor Sérgio Dantas foi convocado para compor o
122 quorum da Sessão. **Processo nº 730012009-00; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de**
123 **Contas de Gestão; Responsável Raimundo Freire Noronha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**
124 **Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 12.09.13.** Cumprindo
125 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das
126 contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
127 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
128 não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2009, de
129 responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias, os seguintes valores:
130 ao Erário Municipal: conta "Agente Ordenador" no valor de R\$-373.757,13 (trezentos e setenta e três mil, setecentos e
131 cinquenta e sete reais e treze centavos), devidamente atualizado; R\$-27.000,00 (vinte e sete mil reais), correspondente a
132 30% da remuneração anual do Gestor, pela remessa intempestiva dos RFG's do 1º 2º e 3º quadrimestre, nos termos do
133 art. 5º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP: 1) multa de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-B, do
134 Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da LOA, LDO, Balaço Geral, 1º, 2º e 3º quadrimestres e
135 REEO's do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestre; 2) multa de R\$-6.000,00 (seis mil reais), com base no art. 120-A, II do
136 Regimento Interno deste Tribunal face a realização de despesa indevida por meio de fracionamento e dispensa de licitação,
137 bem como pelas divergências financeiras apresentadas durante o exercício. 3) multa de R\$-6.500,00 (seis mil e quinhentos
138 reais), com base no art. 120-A, III do Regimento Interno deste Tribunal, face ao não recolhimento ao Instituto de
139 Previdência do Município e ao INSS do valor retido dos contribuintes, bem como pela não apropriação (empenhamento) e
140 recolhimento das Obrigações Previdenciárias do Executivo ao Regime Próprio e ao Regime Geral; cópia dos autos devem
141 ser encaminhadas ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da
142 Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do
143 processo de nº 08: **Processo nº 300012004-00; Prefeitura Municipal de Faro; Prestação de Contas - 200;**
144 **Responsável João Alfredo Ribeiro de Carvalho; Instrução: Auditora Márcia Costa; Ministério Público: Procuradora Maria**
145 **Regina da Cunha; Relator - Auditor Convocado Sérgio Franco; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.**
146 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
147 emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu

VOTO. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimentos, multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 11: **Processo nº 733972009-00; Instituto de Previdência do Município de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2009; Responsável César Magalhães da Silva; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 12.09.13; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2009, de responsabilidade da Sra. Azenir da Rocha Assunção, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 15 dias, os seguintes valores: - multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), pela remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre fora do prazo legal, nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; - multa de R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em razão dos valores retidos dos segurados (R\$-88.180,63 e R\$-183.202,63), e não repassados na sua totalidade ao Instituto de Previdência do Município e ao INSS, bem como não ter havido a correta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Previdenciárias do FMS, no valor de R\$-382.486,58 (trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) (IPMSAT – R\$ 102.193,79; INSS – R\$ 280.292,79) incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores, com base no art. 120-A, item III do RI/TCM; - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela não remessa dos Pareceres do Conselho Municipal de Saúde referentes ao exercício de 2009, com base no § 1º do art. 120-B do RI/TCM, - multa de R\$-6.000,00 (seis mil reais), com base no art. 120-A, II do RI/TCM, em razão das seguintes falhas: - realização de despesa com ausência de processo licitatório; - lançamento à conta "Receita a Comprovar" no valor de R\$-24.169,42 (vinte e quatro mil, cento e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos), oriundo das divergências apresentadas nos saldos financeiros, inicial e final do exercício, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 083012006-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua – IPASM; Prestação de Contas – 2006; Responsável Luiz Guilherme M. de Carvalho; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Auditor José Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Relator proferiu sua proposta de **DECISÃO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do Município de Ananindeua - IPASM, do exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Luiz Guilherme M. de Carvalho, com a expedição do Alvará de Quitação ao Ordenador, no valor de R\$-2.968.009,70 (dois milhões, novecentos e sessenta e oito mil, nove reais e setenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 730042009-00; SAAE de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2009; Responsável Joel Ramos Muniz; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 12.09.13; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Santo Antônio do Tauá, exercício 2009, de responsabilidade do Sr. Joel Ramos Muniz, que deverá recolher no prazo de 15 (quinze) dias, os seguintes valores: aos Cofres Municipais- R\$-291.126,37 (duzentos e noventa e um mil, cento e vinte e seis reais e trinta e sete centavos), referente a conta "Agente Ordenador", proveniente das divergências dos registro de despesa orçamentária no sistema E-contas e meio documental; ao FUMREAP: 1) multa de R\$-1.000,00 (mil reais), com base no art. 120-B, I do Regimento Interno deste Tribunal, referente ao atraso na remessa das prestações de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre; 2) multa de R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face a realização de despesa com ausência de procedimento licitatório; 3) multa de R\$-2.000,00 (dois mil reais),

com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, em razão de não ter sido efetuada a correta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais para o INSS e Regime Próprio, bem como do valor retido dos contribuintes que não foi repassado na sua totalidade ao INSS, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 734002009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2009; Responsável Raimunda Edna da Rocha Noronha; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 12.09.13; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2009, de responsabilidade da Sra. Raimunda Edna da Rocha Noronha, que deverá recolher no prazo de 15 dias, os seguintes valores: - recolhimento devidamente atualizado ao Erário Municipal do valor de R\$-100.267,82 (cem mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos), oriundo das divergências apresentadas nos saldos financeiros, inicial e final do exercício, bem como da divergência apresentada entre a despesa orçamentária demonstrada em meio documental e em meio eletrônico (resultado da ausência de informações do 1º quadrimestre em meio eletrônico); ao FUMREAP, multa de R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre, fora do prazo legal (superior a 90 dias), nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; - multa de R\$-6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM, em razão do não recolhimento ao Instituto de Previdência do Município e ao INSS dos valores retidos dos contribuintes, bem como pela não apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais ao Regime Próprio e ao Regime Geral; - multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, em razão do não envio do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, relativo ao exercício de 2009; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 733992009-00; Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2009; Responsável Azenir da Rocha Assunção; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - retirado de Pauta na Sessão do dia 12.09.13; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2009, de responsabilidade da Sra. Azenir da Rocha Assunção que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 15 dias, os seguintes valores: - multa de R\$-500,00 (quinhentos reais) pela remessa da prestação de contas do 3º quadrimestre, fora do prazo legal, nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; - multa de R\$-3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em razão dos valores retidos dos segurados (R\$-88.180,63 e R\$-183.202,63), e não repassados na sua totalidade ao Instituto de Previdência do Município e ao INSS, bem como não ter havido a correta apropriação (empenhamento) e recolhimento das obrigações previdenciárias do FMS, no valor de R\$-382.486,58 (trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) (IPMSAT – R\$ 102.193,79; INSS – R\$ 280.292,79), incidentes sobre a folha de pagamento dos servidores, com base no art. 120-A, item III do RI/TCM; - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela não remessa dos Pareceres do Conselho Municipal de Saúde referentes ao exercício de 2009, com base no § 1º do art. 120-B do RI/TCM, - multa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com base no art. 120-A, II do RI/TCM, em razão das seguintes falhas: - realização de despesa com ausência de processo licitatório; - Lançamento da conta Receita a Comprovar no valor de R\$ 24.169,42 (vinte e quatro mil cento e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos), oriundo das divergências apresentadas nos saldos financeiros inicial e final do exercício; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 734152009-00; FUNDEB de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2009; Responsável Raimundo Freire Noronha; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 12.09.13; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério

Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do FUNDEB de Santo Antônio do Tauá, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Raimundo Freire Noronha, que deverá recolher no prazo de 15 dias, os seguintes valores ao Erário Municipal: R\$-407.913,37 (quatrocentos e sete mil, novecentos e treze reais e trinta e sete centavos), referente a conta "Agente Ordenador", decorrente das diferenças verificadas nos saldos financeiros, inicial e final do FUNDEB de Santo Antônio do Tauá; ao FUMREAP: R\$-3.001,00 (três mil e um reais) pela remessa da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestre fora do prazo legal, nos termos do art. 120-B, item IV, do RI/TCM; R\$-6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, item III do RI/TCM4, em razão do não recolhimento ao Instituto de Previdência do Município e ao INSS dos valores retidos dos contribuintes, bem como pela não apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais ao Regime Próprio e ao Regime Geral; R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, em razão do não envio do Parecer do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB, relativo ao exercício de 2009; R\$-8.000,00 (oito mil reais), com base no art. 120-A, II do RI/TCM, em razão da manutenção em caixa do montante de R\$-483.346,65 em desrespeito ao art. 164, § 3º da CF/88, pela realização de despesa com ausência de procedimento licitatório, bem como pela realização de despesa sem autorização legal no montante de R\$-1.524.168,32 (um milhão, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos); cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 23: **Processo nº 394122008-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Juruti**; Prestação de Contas de Gestão; Responsável Maria Aparecida Barrozo Camarão; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no **DOE nº 32.485, de 20.09.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Juruti, exercício de 2008, com a expedição em favor da responsável, Maria Aparecida Barrozo Camarão, do respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-2.454.220,25 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte reais e vinte e cinco centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 38: **200814233-00; Centro Comunitário Boa Esperança**; Prestação de Contas do Convênio nº 041/08, firmado com a FUNPAPA/PMB; Responsável Maria Célia Corrêa dos Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no **DOE nº 32.485, de 20.09.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro Comunitário Boa Esperança, referente ao Convênio nº 041/2008, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição em favor de Maria Célia Corrêa dos Santos do respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-8.169,60 (oito mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200907603-00; Movimento República de EMAUS**; Prestação de Contas do Convênio nº 007/2009 e 1º Termo Aditivo, firmado com a FUNPAPA; Responsável Raimunda das Graças Borges Trapasso; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no **DOE nº 32.485, de 20.09.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro Comunitário Boa Esperança, referente ao Convênio nº 041/2008, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição em favor de Maria Célia Corrêa dos Santos do respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-8.169,60 (oito mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão, da pauta, com o julgamento do processo de nº 41: **Processo nº 201206221-00;**

295 **IPAMB/PMB;** Aposentadoria Portaria nº 0346/12, de 20.03.12; Interessada Rosilda Risette de Barros; Ministério Público:
296 Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo
297 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato.
298 A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
299 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do
300 Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 40:
301 **Processo nº 200505431-00; Casa do Estudante Marabaense;** Prestação de Contas do Convênio S/N/2005, firmado
302 entre a Casa do Estudante Marabaense e a Prefeitura Municipal de Marabá; Responsável Rafael Souza Sales; Instrução:
303 Leonardo Macieira e 7ª Controladoria/TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor José
304 Alexandre da Cunha Pessoa; **Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
305 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria
306 foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
307 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas da Casa do Estudante Marabaense, referente ao Convênio
308 s/nº/2005, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-36.000,00 (trinta e seis mil reais) em favor do
309 responsável, Sr. Rafael Souza Sales. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José
310 Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 27: **Processo nº**
311 **200804830-00; Associação Carnavalesca e Cultural O Sindicato;** Prestação de Contas do Convênio nº 115/2007,
312 firmado com a FUMBEL/PMB; Responsável Sônia Maria da Silva Gonçalves; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público
313 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
314 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
315 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
316 decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 115/2007, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca
317 e Cultural "O Sindicato", nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 84/2012, com a expedição em favor da Sra. Sônia
318 Maria da Silva Gonçalves do competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze
319 reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
320 **200817969-00; Associação Carnavalesca Canal 19;** Prestação de Contas do Convênio nº 108/2007, firmado com a
321 PMB/FUMBEL; Responsável Raimundo Nestor Alves da Silva; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora
322 Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
323 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas do Convênio. A matéria foi colocada **em**
324 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
325 decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 108/2007, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca
326 Canal 19, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 84/2012, com a expedição em favor do Sr. Raimundo Nestor
327 Alves da Silva, do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais). Ausência,
328 por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200804955-00;**
329 **Associação Carnavalesca Nova Mangueira;** Prestação de Contas dos Convênios nº's 096/2007 e 22/2008, firmados
330 com a FUMBEL/PMB; Responsável Maria do Socorro Moura Menezes; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público
331 Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
332 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
333 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
334 decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 096/2007 e 022/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a
335 Associação Carnavalesca Nova Mangueira, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 84/2012, com a expedição em
336 favor do Sra. Maria do Socorro Moura Menezes dos competentes Alvarás de Quitação, nos valores de R\$-4.620,00 (quatro
337 mil, seiscentos e vinte reais), pelo Convênio nº 096/2007 e R\$-8.580,00 (oito mil, quinhentos e oitenta reais) pelo
338 Convênio nº 022/2008. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo.
339 **Processo nº 200804935-00; Associação Carnavalesca "A Grande Família";** Prestação de Contas do Convênio Nº
340 074/2007, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável Haroldo Ney Mariz da Cunha; Instrução 6ª Controladoria; Ministério
341 Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo
342 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
343 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O

Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 074/2007, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca "A Grande Família", nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 84/2012, com a expedição em favor do Sr. Haroldo Ney Mariz da Cunha do competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 200806683-00; Associação Carnavalesca Bole Bole; Prestação de Contas dos Convênios nº's 081/2007 e 004/2008, firmados com a FUMBEL/PMB; Responsável Paulo Fernando de Alcântara; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 081/2007 e 004/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Bole Bole, com a expedição em favor do Sr. Paulo Fernando de Alcântara dos Alvarás de Quitação, nos valores de R\$-15.400,00 (quinze mil, quatrocentos reais), pelo Convênio nº 081/2007 e R\$-28.600,00 (vinte oito mil e seiscentos reais), pelo Convênio nº 004/2008. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 200805057-00; Associação Carnavalesca Encanto da Ilha; Prestação de Contas do Convênio nº 113/2007, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável Francisco Carlos Souza da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 113/2007, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Encanto da Ilha, com a expedição em favor do Sr. Francisco Carlos Souza da Silva do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 200806661-00; Associação Carnavalesca Mocidade Unida de Pirajá; Prestação de Contas dos Convênios nº's 121/2007 e 034/2008, firmados com a FUMBEL/PMB; Responsável Leoneide de Sousa Rodrigues; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 121/2007 e 034/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a Associação Carnavalesca Mocidade Unida da Pirajá, com a expedição em favor da Sra. Leoneide de Sousa Rodrigues dos competentes Alvarás de Quitação nos valores de R\$-1.925,00 (hum mil, novecentos e vinte e cinco reais), pelo Convênio nº 121/2007 e R\$-3.575,00 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais) pelo Convênio nº 034/2008. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 200814151-00; Associação Recreativa Beneficente Carnavalesca Rosa de Ouro; Prestação de Contas dos Convênios nº's 099/2007 e 025/2008, firmados com a FUMBEL/PMB; Responsável Maria Lourdimary Souza de Aquino Guedes; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas dos Convênios nº's 099/2007 e 025/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a Associação Recreativa Beneficente Carnavalesca Rosa de Ouro, com a expedição em favor da Sra. Maria Lourdimary Souza de Aquino Guedes dos competentes Alvarás de Quitação, nos valores de R\$-4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), pelo Convênio nº 099/2007 e R\$-8.580,00 (oito mil, quinhentos e oitenta reais), pelo Convênio nº 025/2008. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo.

Processo nº 200805433-00; Agremiação Carnavalesca Beneficente e Cultural Coração Jurunense; Prestação de Contas dos Convênios nº's 085/2007 e 010/2008, firmados com a PMB/FUMBEL; Responsável Emílio do Espírito Santo dos Santos; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas

dos Convênios nºs 085/2007 e 010/2008, celebrados entre a PMB/FUMBEL e a Agremiação Carnavalesca Beneficente e Cultural Coração Jurunense, com a expedição em favor do Sr. Emílio do Espírito Santo dos Santos dos competentes Alvarás de Quitação nos valores de R\$-7.700,00 (sete mil e setecentos reais), pelo Convênio nº 085/2007 e R\$-14.300,00 (quatorze mil, trezentos reais), pelo Convênio nº 010/2008. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200805701-00; Agremiação Carnavalesca Mocidade Independente;** Prestação de Contas do Convênio nº 034/2008, firmado com a FUMBEL/PMB; Responsável Francisco Silva Machado; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas do Convênio nº 034/2008. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Convênio nº 034/2008, celebrado entre a PMB/FUMBEL e a Agremiação Carnavalesca Mocidade Independente, por estar regular, nos termos do art. 33 da Lei Complementar nº 84/2012, devendo, portanto, ser expedido em favor do Sr. Francisco Silva Machado, o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-3.575,00 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 200820965-00; Grêmio Social e Recreativo Escola de Samba Habitat do Boto;** Prestação de Contas do Convênio Nº 09/2008, firmado com a PMB/FUMBEL; Responsável Carlos Nazareno Garcia do Carmo; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo pela aprovação das contas do Convênio nº 09/2008, celebrado entre a PMB/FUMBEL e o Grêmio Social e Recreativo Escola de Samba Habitat do Boto, com a expedição em favor do Sr. Carlos Nazareno Garcia do Carmo do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais). Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 42: **Processo nº 201220500-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema;** Aposentadoria Resolução nº 030/10, de 09.12.10; Interessada Maria Raimunda Paula da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 201217538-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Aposentadoria Portaria nº 068/12, de 15.10.12; Interessado João Gomes de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Retirado de Pauta. **Processo nº 201217888-00; IPAMB/PMB;** Pensão Portaria nº 1.411/12, de 16.10.12; Interessado Rui Francisco Vilhena Beltrão; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 54: **Processo nº 201020916-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA;** Contrato nº 159/2010, firmado com a Empresa D. Torres; Interessado Sérgio de Souza Pimentel; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 201111319-00; Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA;** Contrato nº 030/2011, firmado com João Humberto Carlota Almeida; Interessado Sérgio de Souza Pimentel; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a

Decisão: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 201218307-00; IPAMB/PMB; Contrato nº 142/12- IPAMB, de 13.08.12, com a Empresa Pro-Rad Consultores em Radioproteção S/S Ltda; Interessado Luiz Octávio Cunha; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 201219462-00; IPAMB/PMB; Contrato nº 146/12, de 01/10/12, com a Empresa White Martins Gases Industriais do Norte Ltda; Interessado Luiz Octávio Cunha; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 201118661-00; PM de Castanhal/Secretaria Municipal de Obras; Outros - 2011; Auditoria Operacional em Saneamento Básico; Responsável Hélio Leite da Silva; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu por adotar integralmente o Relatório da Auditoria Operacional em Saneamento Básico realizada nos serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares urbanos, do Município de Castanhal, com as seguintes recomendações e proposições relacionadas às fls. 125/127 dos autos, bem como a adoção das seguintes medidas: - Remeter a este Tribunal, no prazo de 60 dias a contar da publicação do Acórdão, Plano de Ação contendo o cronograma de implementação das medidas que o Gestor adotará visando atender às recomendações e determinações proferidas pelo TCM/PA, com o nome dos responsáveis pela implementação dessas medidas; - A articulação de uma equipe de contato de Auditoria, com participação de técnicos do Controle Interno, Planejamento, Secretaria de Obras e Urbanismo para atuarem como canal de comunicação com este Tribunal, com o objetivo de facilitar o acompanhamento da implementação das determinações e recomendações prolatadas pelo TCM/PA; o encaminhamento de cópia do Acórdão bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, e do inteiro teor do relatório para os seguintes destinatários: a) ao Prefeito Municipal de Castanhal; b) ao Secretário Municipal de Obras de Castanhal; c) ao Presidente da Câmara Municipal de Castanhal; d) à 4ª Controladoria deste Tribunal, a qual se vincula a análise das contas do município de Castanhal, exercício financeiro 2010. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 59 e seguintes: **Processo nº 201113914-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Altamira - ALTAPREV; Aposentadoria Resolução nº 014/2011; Interessada Maria Raimunda Nogueira da Silva Barros; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor José Alexandre da Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300204-00; Instituto de Previdência Municipal de Tucumã; Aposentadoria Portaria nº 08/2012; Interessado(a) Neraci Alves Guimarães; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor José Alexandre da Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201203391-00; Instituto de Previdência do Município de Paragominas; Pensão - Portaria nº 14/2012; Interessada Maria José dos Santos Hirshamann; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Auditor José Alexandre da Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Rosa Hage e do

Conselheiro José Carlos Araújo. Às onze horas e quarenta minutos, o Conselheiro Daniel Lavareda assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 03: **Processo nº 050012003-00; Prefeitura Municipal de Almeirim; Prestação de Contas – 2003; Responsável Marivaldo Paes da Costa; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Almeirim a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade de Marivaldo Paes da Costa, com recolhimento: aos Cofres Municipais: - R\$- 9.304,00 (nove mil, trezentos e quatro reais), referente a 15% da remuneração anual do Ordenador, pelo atraso na remessa dos RGF'S; ao FUMREAP: - R\$ 6.000,00 (seis mil reais), referente ao atraso na remessa dos RREO's do 1º, 2º, 3º, 4º e 6º bimestres de 2003, com base no art. 120-B2, I, II e IV do RI/TCM/PA, bem como da divergência de valores na receita orçamentária, Demonstrativo orçamentário incorreto, Balanço financeiro consolidado incorreto, com lançamento a conta "Receita a Comprovar" - PM na ordem de R\$ 7.283,29 (sete mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos) e Demonstração das Variações e Balanço Patrimonial incorretos, com base no art.120-A, II, do RI/TCM/PA; - Cópia dos autos devem ser encaminhados ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 280012012-00; Prefeitura Municipal de Curralinho; Prestação de Contas Imputação de Débito - Contas de Governo; Responsável Miguel Pedro Pureza Santa Maria; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. Presente o advogado do Ordenador, Dr. Walmir Hugo dos Santos Junior, OAB- Pa nº 15317, que fez o uso da palavra solicitando, em sede de preliminar, a reabertura da instrução para apresentação de nova documentação. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares negou a preliminar suscitada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Antônio José, Auditor Sérgio Dantas e Conselheiro Daniel Lavareda. A Presidência proclamou a **Decisão**: o Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa da reabertura solicitada. Em seguida, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Curralinho a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2012, de responsabilidade de Miguel Pedro Pureza Santa Maria, face a omissão no dever de prestar contas o que impossibilitou a verificação do cumprimento dos seguintes dispositivos constitucionais e legais: - art. 212 da CF – Educação; - art. 22, da Lei 11.924/2007 – FUNDEB; - art. 77, III, do ADCT – Saúde; - art. 19, III e 20, III, "b" da LRF – Gastos com pessoal; - art. 42, da LRF – disponibilidade financeira; - art.50, II da LRF – obrigações patronais; - Lei nº 8.666/93, com recolhimento ao FUMREAP no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) pelo não envio da Lei que trata da LDO e da LOA e prestação de contas anuais (Balanço Geral – Contas de Governo), com base no art.120-B, §1º do RI/TCM/PA, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para apuração de responsabilidade. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 280012012-00; Prefeitura Municipal de Curralinho; Prestação de Contas Imputação de Débito - Contas de Gestão; Responsável Miguel Pedro Pureza Santa Maria; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. Presente o advogado do Ordenador Walmir Hugo dos Santos Junior, OAB- Pa nº 15317, que fez uso da palavra solicitando, em sede de preliminar, a reabertura da instrução para apresentação de nova documentação. **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares negou a preliminar suscitada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Antônio José, Auditor Sérgio Dantas e Conselheiro Daniel Lavareda. A Presidência proclamou a **Decisão**: o Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa da reabertura solicitada. Em seguida, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Curralinho – contas de gestão – exercício de 2012, de responsabilidade de Miguel Pedro Pureza Santa Maria, devendo o Ordenador

recolher: - aos Cofres Municipais: - R\$ 35.480.069,17 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta mil, sessenta e nove reais e dezessete centavos), referente ao lançamento à conta "Agente Ordenador" pela não prestação de contas da receita orçamentária arrecadada no exercício; - R\$ 10.000,00(dez mil reais), multa pelo não envio dos RGF's, infringindo o artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000; ao FUMREAP/TCM: - R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), multa pela não prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 120-B, §2º, do RI/TCM/Pa e pelo não envio do PPA, LDO, LOA e dos RREO's do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres, nos termos do art. 120-B, §1º, do RI/TCM/Pa., sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 1160012002-00; Prefeitura Municipal de Jacareacanga; Prestação de Contas – 2002; Responsável Eduardo Azevedo; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Jacareacanga a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade de Eduardo Azevedo, face a conta "Agente Ordenador", com o seguinte recolhimento: - aos Cofres Municipais: - R\$-13.105,87 (treze mil, cento e cinco reais e oitenta e sete centavos), relativo a devolução pelo valor lançado à conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 1240012003-00; Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia; Prestação de Contas – 2003; Responsável Francisco Edison Coelho Frota; Instrução: 2ª Controladoria;Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de São Domingos do Araguaia a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade de Francisco Edison Coelho Frota, devendo o Ordenador efetuar os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais: - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), multa pela infringência ao artigo 5º, Inciso I, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 10.028/2000 (remessa intempestiva dos RGF's do 1º e 2º quadrimestres); - R\$ 44.164,20 (quarenta e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte centavos), relativo a devolução pelas divergências contábeis, gerando a conta "Agente Ordenador", devidamente atualizado; ao FUMREAP/TCM: - R\$ 8.000,00 (oito mil reais), multa pela remessa intempestiva da LDO, da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres e dos RREO's do 3º e 5º bimestre, nos termos do art.120-B, I e II, do RI/TCM/Pa; pela não remessa do ato de fixação da remuneração dos gestores municipais e do parecer de aprovação das contas do conselho de controle social do Fundef; nos termos do art.120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa e pelo descumprimento do art. 212 da CF; art. 77, III § 3º, do ADCT; art. 50, II, da LRF; art. 19, III, da LRF e art. 20, III, "b", da LRF, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 09 e 10: **Processo nº 310022010-00; Câmara Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2010; Responsável Antônio Adalto Nunes dos Santos; Instrução: 2º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 310022011-00; Câmara Municipal de Gurupá; Prestação de Contas – 2011; Responsável João Silva de Souza;Instrução: 2ª Controladoria;Ministério Público: Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Gurupá, exercício financeiro de 2011, de responsabilidade de João Silva de Souza, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 124282003-00; Fundo Municipal de Educação de Baião;**

589 Prestação de Contas – 2003; Responsável Raimundo Lira de Farias; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público
590 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.
591 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não
592 aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
593 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de
594 Educação de Baião, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade de Raimundo Lira de Farias, face a ausência de
595 processos licitatórios, com recolhimento ao FUMREAP/TCM: - R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pela remessa intempestiva da
596 prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/Pa, pelo pagamento de serviços
597 prestados sem retenção dos impostos devidos e o fracionamento de despesas, com fundamento do art. 120-A, II, do
598 RI/TCM/Pa, e pelas despesas de R\$-517.896,70 (quinhentos e dezessete mil, oitocentos e noventa e seis reais e setenta
599 centavos) não licitadas, com base no art. 57 da LC nº 025/94; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao
600 Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa
601 Hage. **Processo nº 1144412009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Goianésia do Pará; Prestação de**
602 **Contas – 2009; Responsável Itamar Cardoso do Nascimento; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora**
603 **Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo
604 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com
605 ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
606 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo de Assistência Social
607 de Goianésia do Pará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Itamar Cardoso do Nascimento, com
608 recolhimento aos Cofres Municipais: - R\$ 309.987,67 (trezentos e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e
609 sete centavos), referente ao saldo bancário não comprovado; ao FUMREAP: - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo não
610 encaminhamento do parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, com base no § 1º do art.120-B e pelo atraso no
611 encaminhamento da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; - R\$ 5.500,00 (cinco mil, quinhentos reais),
612 referente ao dano causado ao Erário, em virtude do não repasse ao INSS, da totalidade dos valores retidos dos
613 contribuintes; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião
614 de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 383982009-00; Fundo**
615 **Municipal de Assistência Social de Jacundá; Prestação de Contas – 2009; Responsável Maria de Jesus da Silva**
616 **Aguiar; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares;**
617 **Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
618 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao
619 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
620 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo de Assistência Social
621 de Jacundá, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Maria de Jesus da Silva Aguiar, com recolhimento aos
622 Cofres Municipais: - R\$ 23.828,00 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e oito reais), referente a ausência de documentos
623 comprobatórios para as despesas realizadas junto ao credor Fundação de Ação Social e Cultural Paraense; ao FUMREAP: -
624 R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), pelo atraso de 108, no encaminhamento da prestação de contas do 2º e 3º
625 quadrimestres, com base no art.120-B, I, IV do RI/TCM/PA, bem como do não encaminhamento dos pareceres
626 quadrimestrais do Conselho Municipal de Assistência Social, com base no art.120-B, §1º do RI/TCM/PA; - R\$ 5.000,00
627 (cinco mil reais), referente ao não encaminhamento dos devidos processos licitatórios, com base no art.120-A, § único, do
628 RI/TCM/PA; sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de
629 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 1014142008-00; Fundo**
630 **Municipal de Educação de Santa Maria das Barreiras; Prestação de Contas – 2008; Responsável Odacir Dal Santo;**
631 **Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar**
632 **Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
633 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
634 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
635 aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Santa Maria das Barreiras, exercício financeiro de 2008, de
636 responsabilidade de Odacir Dal Santo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da
637 Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 1050032006-00; Fundo Municipal de Educação de Tucumã; Prestação de**



638 Contas – 2006; Responsável Moacir José dos Santos; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria
639 Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013. Cumprindo
640 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das
641 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
642 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Tucumã,
643 exercício financeiro de 2006, de responsabilidade de Moacir José dos Santos, com a expedição do Alvará de Quitação pelas
644 despesas ordenadas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Rosa Hage.
645 **Processo nº 1062562008-00; Fundo Municipal de Educação de Uruará; Prestação de Contas – 2008; Responsável**
646 **Manoel Ribeiro de Castro; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva;**
647 **Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo regimental,
648 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi
649 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
650 **unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Uruará, exercício financeiro de
651 2008, de responsabilidade de Manoel Ribeiro de Castro, face a ausência de processo licitatório, com recolhimento ao
652 FUMREAP/TCM: - R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º
653 quadrimestres, nos termos do art.120-B, IV, do RI/TCM/PA; pelas despesas não licitadas no valor de R\$ 47.842,10
654 (quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e dez centavos), com base no art. 57 da LC nº 025/94; sem
655 prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual Em seguida, houve a inversão de pauta,
656 com o julgamento do processo de nº 25: **Processo nº 201020834-00 – 1300012006-00; Prefeitura Municipal de**
657 **Anapu; Recurso de Reconsideração contra a decisão da Resolução Nº 9.870, de 23.09.2010 (Prestação de Contas de**
658 **2006); Responsável Luiz dos Reis Carvalho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da**
659 **Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.485, de 20.09.2013.** Cumprindo dispositivo
660 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento
661 parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
662 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração em análise,
663 porque tempestivo e por preencher os requisitos de sua admissibilidade para no mérito dar-lhe provimento: I - excluir da
664 condenação as irregularidades referente a despesa realizada acima da autorizada, no montante de R\$ 199.951,23 (cento e
665 noventa e nove mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte e três centavos), e ausência de processos licitatórios no
666 valor global de R\$ 41.987,96 (quarenta e um mil novecentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos); II -
667 reformar o julgamento deste Plenário, no sentido de emitir parecer prévio favorável a aprovação das contas multi referidas,
668 recomendando a Câmara Municipal de Anapu à aprovação das contas da Prefeitura daquele Município, exercício financeiro
669 de 2006, de responsabilidade de Luiz dos Reis Carvalho. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** Apreciação dos Acórdãos nº's
670 23.975, 23.998, 24.000, 24.001, 24.008, 24.009, 24.010, 24.011, 24.019, 24.020, 24.022, 24.023, 24.024, 24.025, 24.026,
671 24.027, 24.028, 24.029, 24.030 e 24.043. Apreciação das Resoluções nº's 11.1233, 11.124, 11.125, 11.128, 11.139 e
672 11.141. Relator – Conselheiro Cezar Colares. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
673 pela aprovação dos Acórdãos e Resoluções apresentados. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:** Relator: Conselheiro Aloísio
674 Chaves 1) Processo nº 201306011-00. Origem: Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia Assunto: Recurso de ordinário
675 referente ao Processo nº 700012005-00, do exercício financeiro de 2005. 2) Processo nº 201305612-00 (IX vls) Origem:
676 Prefeitura Municipal de Baião Assunto: Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 120012008-00, do exercício
677 financeiro de 2008. 3) Processo nº 201107916-00 (II vls) Origem: Fundo Municipal de Saúde de São Geraldo do Araguaia
678 Assunto: Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 1024112002-00, do exercício financeiro de 2002. 4) Processo
679 nº 201306360-00 Origem: Fundo Municipal de Saúde de Piçarra Assunto: Recurso de revisão referente ao Processo nº
680 1390052003-00, do exercício financeiro de 2003. 5) Processo nº 201306730-00 (III vls) Origem: Secretaria Municipal de
681 Educação e do Desporto de Curralinho Assunto: Recurso de ordinário referente ao Processo nº 282172007-00, do exercício
682 financeiro de 2007. Relator: Conselheiro José Carlos Araújo. 1) Processo nº 201304637-00 Origem: Secretaria Municipal de
683 Educação e Desporto de Santarém – SEMED Assunto: Recurso de revisão referente ao Processo nº 714541998-00, do
684 exercício financeiro de 1998. 2) Processo nº 201307203-00 Origem: Secretaria Municipal de Educação e Desporto de
685 Santarém – SEMED Assunto: Recurso de revisão referente ao Processo nº 200409267-00, do exercício financeiro de 1999.
686 Relator: Conselheiro Daniel Lavareda 1) Processo nº 201308411-00. Origem: Prefeitura Municipal de Curralinho Assunto:



Recurso de revisão referente ao Processo nº 280012004-00, do exercício financeiro de 2004. 2) Processo nº 201311675-00 (VII vls) Origem: Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 1020012005-00, do exercício financeiro de 2005. 3) Processo nº 201306728-00 (IV vls) Origem: Prefeitura Municipal de Curralinho Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 280012007-00, do exercício financeiro de 2007. 4) Processo nº 201310311-00 (XVII vls) Origem: Prefeitura Municipal de Placas Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 1400012008-00, do exercício financeiro de 2008. 5) Processo nº 201311977-00 (III vls) Origem: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 890012009-00, do exercício financeiro de 2009. 6) Processo nº 201305651-00 (II vls) Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Maria do Pará Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 694002007-00, do exercício financeiro de 2007. 7) Processo nº 201311293-00 Origem: Fundo Municipal de Saúde de Tracuateua Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 1440042010-00, do exercício financeiro de 2010. 8) Processo nº 201307258-00 Origem: Fundação Municipal de Assistência ao Estudante de Belém – FMAE Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 141812006-00, do exercício financeiro de 2006. Relatora: Conselheira Mara Lúcia. 1) Processo nº 201306702-00 Origem: Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 1230012004-00, do exercício financeiro de 2004. 2) Processo nº 201211819-00 (III vls) Origem: Prefeitura Municipal de Anapu Assunto: Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 1300012004-00, do exercício financeiro de 2004. 3) Processo nº 201312192-00 (II vls) Origem: Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna Assunto: Recurso de revisão referente ao Processo nº 1380012005-00, do exercício financeiro de 2005. 4) Processo nº 201305058-00 (III vls) Origem: Câmara Municipal de Bragança Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 170022004-00, do exercício financeiro de 2004. 5) Processo nº 201302243-00 Origem: Câmara Municipal de Itupiranga Assunto: Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 370022010-00, do exercício financeiro de 2010. 6) Processo nº 201311587-00 Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Tracuateua Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 1440052010-00, do exercício financeiro de 2010. Relator: Conselheiro Cezar Colares. 1) Processo nº 201311272-00 (II vls) Origem: Prefeitura Municipal de Tucumã Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 1050012001-00, do exercício financeiro de 2001. 2) Processo nº 201305734-00 Origem: Prefeitura Municipal de Água Azul do Norte Assunto: Recurso de revisão referente ao Processo nº 1080012001-00, do exercício financeiro de 2001. 3) Processo nº 201303994-00 Origem: Prefeitura Municipal de São João de Pirabas Assunto: Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 1030012003-00, do exercício financeiro de 2003. 4) Processo nº 201304035-00 Origem: Câmara Municipal de Anapu Assunto: Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 1300022007-00, do exercício financeiro de 2007. 5) Processo nº 201305750-00. Origem: Câmara Municipal de Baião Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 120022008-00, do exercício financeiro de 2008. 6) Processo nº 201305692-00. Origem: Fundo Municipal de Saúde de Bagre Assunto: Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 112972007-00, do exercício financeiro de 2007. 7) Processo nº 201307396-00 (III vls) Origem: Fundo Municipal de Educação de Bagre Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 113122007-00, do exercício financeiro de 2007. 8) Processo nº 201307268-00 Origem: Fundo Municipal de Educação de Garrafão do Norte Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 932842009-00, do exercício financeiro de 2009. Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães. 1) Processo nº 201305691-00 (II vls) Origem: Prefeitura Municipal de Bagre Assunto: Recurso de reconsideração referente ao Processo nº 110012007-00, do exercício financeiro de 2007. 2) Processo nº 201311202-00 (XIII vls) Origem: Prefeitura Municipal de Bonito Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 160012009-00, do exercício financeiro de 2009. 3) Processo nº 201311294-00 Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 880012008-00, do exercício financeiro de 2008. 4) Processo nº 201313147-00 Origem: Fundo Municipal de Saúde de Concórdia do Pará Assunto: Recurso de revisão referente ao Processo nº 882702007-00, do exercício financeiro de 2007. 5) Processo nº 201307414-00 (II vls). Origem: Fundo Municipal de Saúde de Bujaru Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 193982008-00, do exercício financeiro de 2008. 6) Processo nº 201310008-00. Origem: Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA Assunto: Recurso ordinário referente ao Processo nº 201015249-00, que negou cadastro ao Contrato nº 114/2010.

PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: O Conselheiro Daniel Lavareda pediu a palavra para apresentar ao Plenário voto de pesar pelo falecimento do médico, jornalista e político, **OZIEL RODRIGUES CARNEIRO**, ressaltando sua contribuição para o desenvolvimento do Pará e da Amazônia, no que foi acompanhado pelos Conselheiros presentes à Sessão, bem como pela Procuradora do Ministério Público, Maria Regina Cunha. A Presidência, à **unanimidade**, determinou a imediata comunicação da aprovação do voto de profundo pesar, registrado em Ata, à família



736 enlutada. Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e quarenta minutos da qual foi
737 lavrada a presente Ata.
738 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e quatro de setembro de dois mil e
739 treze.
740 Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão